



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

LIDO  
17/08/2017

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 062/2017

Autoria: Nathália Silveira Braga (Nathália Braga)

EMENTA: IMPLANTAÇÃO DE  
BANHEIROS ACESSÍVEIS  
(CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA) NOS  
ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAL E NAS  
ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE  
ENSINO, BEM COMO NOS BANHEIROS  
PÚBLICOS QUE FUNCIONAM NO  
CORETO – CENTRO CATÓLICO  
MARIANO – FREI LAMBERTO  
BAXMANN.

Senhor Presidente,

Indico a V. Ex<sup>a</sup>., na forma regimental, após aprovação do Plenário, que seja encaminhado ao Poder Executivo a presente indicação objetivando a Implantação de banheiros acessíveis (construção e/ou reforma) nos Órgãos Públicos Municipal e nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, bem como nos banheiros que funcionam no Coreto – Centro Católico Mariano – Frei Lamberto Baxmann, conforme indica.

**JUSTIFICATIVA**

Primeiramente, cumpre informar que a exigência de implantação de banheiros acessíveis a pessoas portadoras de deficiência e/ou pessoa com mobilidade reduzida, em repartições públicas é uma determinação legal, nos termos das Leis Federais n.º 10.048/2000 e 10.098/200, sendo posteriormente regulamentadas pelo Decreto Federal n.º 5.296/2004, nos seguintes termos do artigo 22 do Decreto Presidencial:

Art. 22: A Construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público ou de uso coletivo devem dispor de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoas portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

...

§ 2º Nas edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir pelo menos um banheiro acessível por pavimento, com entrada independente, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de modo que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Considerando que o Decreto Presidencial foi publicado no Diário Oficial da União em 03/12/2004, tendo já ultrapassado mais de 12 anos, impõe-se assim a presente indicação legislativa, para que o Executivo Municipal faça cumprir as Leis de Acessibilidades.